

FACULDADE PROJEÇÃO
Escola de Ciências Jurídicas e Sociais
Núcleo de Pesquisa e Produção Científica
Projeto “Práticas Investigativas”

RELATÓRIO DO PROJETO “PRÁTICAS INVESTIGATIVAS” – SEMESTRE 2011.2
Linha de Pesquisa: ACESSIBILIDADE

Por Matheus Passos Silva¹ e Cássia Aparecida Guimarães²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar o relatório final do Projeto “Práticas Investigativas – Linha de pesquisa Acessibilidade”. A pesquisa a respeito desta linha de pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2012 por docentes e discentes da Escola de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade Projeção.

PALAVRAS-CHAVE: pesquisa científica; práticas investigativas; acessibilidade; Faculdade Projeção.

1) INTRODUÇÃO

O projeto “Práticas Investigativas”, implantado nas Unidades Taguatinga, Guará e Ceilândia da Escola de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade Projeção desde o primeiro semestre letivo de 2010, tem como objetivo fazer com que os alunos dos cursos de Direito e de Serviço Social realizem pesquisas de campo sobre temas de interesse social e jurídico. Ao final de cada semestre letivo são produzidos relatórios, com a participação de docentes e discentes destes cursos, nos quais são apresentadas análises dos resultados de tais pesquisas. Posteriormente estes relatórios são publicados pela Faculdade Projeção na forma de artigo científico em sua revista eletrônica “Projeção, Direito e Sociedade”.

No segundo semestre acadêmico de 2011, o projeto “Práticas Investigativas” foi desenvolvido tendo-se como base cinco linhas de pesquisa desenvolvidas pela coordenação da Escola de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade Projeção. Abaixo faz-se breve descrição de cada uma destas linhas:

- 1) Linha de pesquisa “Acessibilidade”: visa questionar a sociedade a respeito da forma que a mesma enxerga questões relacionadas à mobilidade espacial por parte daqueles que têm algum tipo de necessidade especial (deficiência física, visual ou auditiva).
- 2) Linha de pesquisa “Descriminalização das drogas”: pretende acender um debate na comunidade acadêmica a respeito de tema que é sempre polêmico, buscando saber se as drogas devem ser descriminalizadas e, se sim, quais e de que forma.
- 3) Linha de pesquisa “Politicamente correto”: busca identificar o que a sociedade vê como “politicamente correto”, bem como instigar questionamentos a respeito de como seria a maneira de se “comportar corretamente” em determinadas situações da vida em sociedade.

¹ Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Produção Científica da Escola de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade Projeção.

² Professora do curso de Serviço Social da Escola de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade Projeção.

- 4) Linha de pesquisa “Superendividamento”: espera compreender o que tem levado parte considerável da sociedade brasileira a gastar mais do que ganha – o que gera conflitos entre consumidores e empresas –, bem como maneiras de solucionar tal problema.
- 5) Linha de pesquisa “Trajes do Judiciário”: objetiva conhecer a visão da sociedade sobre questões relacionadas à vestimenta que os membros do poder Judiciário utilizam e até que ponto as mesmas interferem no procedimento jurídico como um todo.

Somando-se todas as linhas de pesquisa, foram aplicados pelos alunos do primeiro semestre do curso de Direito das duas Unidades acima citadas em todo o Distrito Federal 4.672 questionários, sendo que, em média, cada questionário continha 18 (dezoito) perguntas com três a cinco opções a serem escolhidas pelos entrevistados.

2) METODOLOGIA DE PESQUISA

Empregou-se o questionário “Práticas Investigativas – Acessibilidade” como instrumento de aproximação e sondagem do sujeito pesquisado que nos possibilitou coletar dados sobre como a população se relaciona com questões vinculadas à mobilidade daqueles cidadãos que possuem necessidades especiais. Além disso, buscou-se vincular o questionário a questões referentes ao Direito do Trabalho, área na qual a presença de legislação específica para os portadores de necessidades especiais se faz bastante visível.

A coleta de dados no projeto “Práticas Investigativas – Acessibilidade” levou em consideração a importância da aplicabilidade do conteúdo visto pelos alunos em suas aulas ao meio social em que vivem, trazendo *in loco* situações que os futuros bacharéis em Direito e em Serviço Social vão enfrentar no decorrer da carreira profissional com a finalidade de tornar o estudo acessível ao aluno por meio da prática aplicada desde o início de seu curso.

O projeto foi posto em prática mediante a aplicação de questionários, sendo todas as questões objetivas. Sommer e Sommer, citados por Günther (2003, p. 16), afirmam que as perguntas fechadas “mostram frequentemente mais respeito à opinião das pessoas, deixando-as classificar suas respostas como positivas, negativas ou neutras, em vez do pesquisador fazer isto para elas”. O uso do questionário, portanto, teve como objetivo proporcionar aos entrevistados a oportunidade de se expressar de forma espontânea e consciente. Ainda no que diz respeito à metodologia da pesquisa, Günther (2003, p. 1) afirma que o levantamento de dados por amostragem, ou *survey*, assegura melhor representatividade e permite generalização para uma população mais ampla, sendo que o questionário é o instrumento principal para o levantamento de dados por amostragem.

O preenchimento do questionário foi voluntário e identificado, sem, contudo, deixar de se assegurar a privacidade e a imagem dos entrevistados, bem como lhes proporcionar maior espontaneidade ao expressar suas opiniões e impressões (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.39). Os entrevistados preencheram os questionários individualmente, não tendo havido nenhuma cooperação ou discussão prévia acerca do tema entre os entrevistados e os alunos. Também não houve pré-definição de grupos específicos aos quais os questionários pudessem ser direcionados, o que significa dizer que os entrevistados foram escolhidos aleatoriamente pelos próprios alunos quando da realização da entrevista. Com tal mecanismo foi possível obter respostas de praticamente todas as regiões administrativas do Distrito Federal, ainda que a maioria das

entrevistas tenha sido realizada nas principais áreas cobertas pela Faculdade Projeção – Taguatinga, Ceilândia, Samambaia e Guará.

Rodrigues (2007, p. 31) afirma que ao efetuar uma pesquisa, “o método quantitativo, considerando a contribuição para a ampliação do conhecimento sobre a área escolhida, deve ser considerado como uma opção importante a ser adotada, constituindo-se numa base confiável para outros pesquisadores.” Para que os dados coletados pudessem apresentar maior credibilidade, a participação dos alunos foi voluntária. Também na apuração dos resultados obtidos contamos com a disposição e interesse de determinado grupo de alunos que se dispuseram a concluir este trabalho na forma de monitores voluntários.

3) ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos dados sociais da linha de pesquisa “Acessibilidade” nos mostra um universo pesquisado que engloba, majoritariamente, pessoas que moram na principal área de atuação da Faculdade Projeção: a maioria dos entrevistados – 53% – mora nas três maiores cidades do Distrito Federal: Taguatinga, Ceilândia e Samambaia (respectivamente 25%, 33% e 5% dos entrevistados).

Já em relação à faixa salarial há predomínio de pessoas que fazem parte da classe média: 42% dos entrevistados recebem de um a cinco salários mínimos – ou seja, com renda declarada de até R\$ 2.725,00 (dois mil, setecentos e vinte e cinco reais). Chama a atenção o fato de que 19% dos entrevistados se declararam como “sem renda”, o que pode ser explicado por 16% do total de entrevistados nesta linha de pesquisa terem de 16 a 18 anos. Ainda no que diz respeito à faixa etária percebe-se predomínio de jovens – 35% dos entrevistados afirmaram ter entre 16 e 25 anos. Já em relação ao sexo, nesta linha de pesquisa houve empate, com 50% de homens e 50% de mulheres.

Em relação ao nível educacional percebe-se que apenas 25% dos entrevistados possuem nível superior completo ou pós-graduação, enquanto que 14% possuem nível superior incompleto. Um terço dos entrevistados (33%) se declarou como possuidor de nível médio completo, e apenas 15% dos entrevistados por esta linha de pesquisa possuem nível médio incompleto.

As três primeiras perguntas do questionário buscaram saber a situação dos entrevistados em relação a necessidades especiais. A primeira questão trata do próprio entrevistado; a segunda questão trata de alguém próximo (familiares, amigos ou vizinhos) e a terceira questão se refere a colegas de trabalho. A maioria absoluta dos entrevistados – 86% – respondeu que não possui nenhuma necessidade especial. Ao serem questionados sobre se alguém próximo possui alguma necessidade especial, a resposta foi mais equilibrada: 40% dos entrevistados afirmaram que conhecem alguém próximo com necessidades especiais, e no trabalho e/ou estudo 37% dos entrevistados têm colegas com necessidades especiais. Daqueles que conhecem alguém, praticamente metade (49%) afirmou que estas pessoas têm dificuldade para ter acesso ao local de trabalho e/ou estudo, revelando que ainda que existam leis que tratam do assunto, buscando facilitar a vida das pessoas com estas necessidades, as mesmas ainda não estão sendo integralmente cumpridas.

O segundo bloco de questões visa à análise específica da legislação brasileira no que diz respeito às necessidades especiais. Foram criadas situações-problema nas quais não aparecia a legislação em análise, à exceção da questão 08, na qual a legislação foi citada explicitamente. A opção pela ausência explícita da legislação foi feita para que não houvesse nenhum tipo de influência no entrevistado: caso fosse explicitada a legislação, supôs-se que o mesmo responderia de maneira “correta”, ou seja, de acordo com o que a legislação prevê.

Na questão cinco perguntou-se explicitamente se as pessoas com necessidades especiais devem ter atenção diferenciada na legislação brasileira. A maioria absoluta – 77% – afirmou que sim. Contudo, chama a atenção o fato de que 19% dos entrevistados afirmaram que não, o que mostra que dois em cada dez cidadãos do DF consideram que as pessoas portadoras de necessidades especiais não devem ter tratamento específico pela lei.

Na questão seis buscou-se avaliar o grau de aceitação da legislação que garante vagas para portadores de necessidades especiais em estacionamentos. A maioria dos entrevistados – 65% – afirmou que não para naquela vaga e procura outro lugar para estacionar seu veículo. Apenas 13% parariam na vaga específica, sendo que 5% acreditam que não atrapalhariam ninguém e 8% ficariam observando e, caso alguém chegasse, sairia da vaga. Percebe-se que nesta situação a sociedade brasiliense parece respeitar as vagas destinadas a portadores de necessidades especiais, ainda que seja possível contra-argumentar que os entrevistados apenas foram “politicamente corretos” ao responder a esta questão.

Na questão sete objetivou-se saber o grau de aceitação do cidadão quando ele se depara com um funcionário de determinada empresa que possui deficiência auditiva. Setenta e oito por cento dos entrevistados afirmaram não ver nenhum problema em serem atendidos por tal funcionário; já 16% dos entrevistados afirmaram solicitar que outro funcionário fizesse o atendimento.

Na questão oito – única a conter explicitamente uma lei brasileira –, buscou-se saber se a obrigatoriedade que as empresas com mais de 100 funcionários têm de contratar pessoas portadoras de necessidades especiais é suficiente para promover a inserção das mesmas no mercado de trabalho. A maioria das respostas (52%) acredita que a mera contratação não soluciona o problema, tendo-se em vista o fato de que muitas vezes não há pessoas portadoras de necessidades especiais devidamente qualificadas para o exercício da função para a qual foi contratada – ou seja, a empresa contrata apenas para cumprir a legislação, mas não para efetivamente satisfazer o consumidor e/ou para promover a integração dos portadores de necessidades especiais. Ainda assim, parcela considerável dos entrevistados – 37% – afirmou que a legislação cumpre seu papel, integrando tais pessoas ao mercado de trabalho.

A questão nove buscou lidar com assunto polêmico, que são os concursos públicos e as vagas destinados a portadores de necessidades especiais. Um terço (31%) dos entrevistados considera que a lei é injusta, pois permite situações como a descrita no comando da questão – uma pessoa com necessidade especial faz menos pontos que a pessoa que não tem necessidades especiais, e a primeira é aprovada em detrimento da segunda. A maioria (59%) dos entrevistados, entretanto, concorda com a legislação, enquanto 10% não souberam responder.

Na questão dez tratou-se da legislação que coloca todas as crianças – portadoras ou não de necessidades especiais – na mesma escola, buscando a socialização de todas ao mesmo tempo. A

situação-problema da questão coloca o entrevistado indo buscar seu filho na escola e percebendo que o mesmo foi mordido por outra criança que tem síndrome de Down. A maioria (59%) afirmou que esta situação simplesmente acontece entre crianças, caracterizando o fato como algo normal. Um quarto (26%) dos entrevistados defende que as crianças sejam separadas, com as crianças com necessidades especiais tendo uma escola específica para elas. Apenas 6% dos entrevistados buscariam mudar seu filho de escola, levando-o para uma que não tivesse crianças portadoras de necessidades especiais.

A questão 11 trata da acessibilidade motora dos cidadãos. O comando da questão coloca o entrevistado caminhando pela via de rolamento de veículos porque a calçada não permite ao transeunte sua caminhada. Cinquenta e seis por cento dos entrevistados afirmaram se preocupar com a situação da calçada por terem em mente alguém com necessidades especiais; 20% não dá importância à situação e outros 20% afirmam que se algo lhes ocorrer, processará o governo por conhecer seus direitos. Assim como na questão seis, talvez seja possível afirmar que os entrevistados assim responderam para serem “politicamente corretos”.

A questão 12 continua com o tema, mas não mais em vias públicas e sim no espaço habitacional do entrevistado. Ao serem questionados se, após uma reforma em seu edifício, os entrevistados aceitariam pagar nova taxa porque há um novo morador com necessidades especiais e tal reforma não contemplou acessos melhores, 48% afirmaram entender as necessidades do novo vizinho e pagariam a nova taxa sem reclamações. Já 28% dos entrevistados afirmaram que pagariam a nova taxa, mas reclamariam o porquê desta pessoa não ter conferido a ausência dos itens de acessibilidade antes de adquirir o imóvel. Quinze por cento dos entrevistados afirmaram que não pagariam a nova taxa.

Na questão 13 buscou-se saber o que o entrevistado faria caso fosse atingido pela bengala de um deficiente visual sem saber que a pessoa tem esta deficiência. A maioria absoluta dos entrevistados – 80% – respondeu que pediria desculpas por ter praguejado e perguntaria se ele precisa de ajuda. Interessante notar que 7% dos entrevistados fingiria que nada aconteceu e sairia de perto sem falar nada.

Na questão 14 foi apresentada situação do cotidiano das pessoas: em uma fila de banco, no momento de ser atendido surge alguém com necessidade especial, e a pessoa passa na frente. Setenta por cento dos entrevistados afirmaram que convidariam normalmente a pessoa a passar na frente. Interessante notar que 16% só fariam isso caso um funcionário do banco determinasse o atendimento preferencial, enquanto 7% só cederiam a vez se a pessoa com necessidade especial reclamasse o seu direito. Cinco por cento dos entrevistados fingiriam não ver a pessoa e se dirigiriam ao caixa normalmente para ser atendido.

A última questão traz uma situação na qual em determinada dinâmica de grupo no trabalho, o entrevistado tivesse de agir como se fosse portador de necessidade motora. Nesta situação 76% dos entrevistados aceitariam participar de bom grado na dinâmica; 9% não vê problema na dinâmica, mas se recusa a participar; e 7% não apenas não aceitariam participar na dinâmica, como veriam problemas na mesma.

À guisa de conclusão da linha de pesquisa “Acessibilidade”, as ideias centrais da pesquisa podem ser sintetizadas nos itens abaixo:

- 1) A maioria dos entrevistados concorda com a existência de legislação que protege os direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais, ainda que parcela significativa (19%) acredita que não deva haver tal legislação;
- 2) Os entrevistados percebem que a legislação não é cumprida, não apenas pelo Estado, mas também pelas empresas privadas;
- 3) A existência de legislação específica para os portadores de necessidades especiais não leva, automaticamente, à integração dos mesmos à sociedade: muitas vezes as empresas cumprem a lei apenas por cumpri-la;
- 4) A maioria dos entrevistados não vê problemas na política do Estado de promover a socialização de crianças portadoras de necessidades especiais desde o início da escola, concordando com esta política;
- 5) Parece haver conscientização da maioria dos entrevistados no que diz respeito ao reconhecimento dos direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais – talvez por elevado número (40%) ter parentes e/ou amigos com estas necessidades.

4) APRESENTAÇÃO GRÁFICA DOS RESULTADOS

4.1) DADOS SOCIAIS DOS ENTREVISTADOS

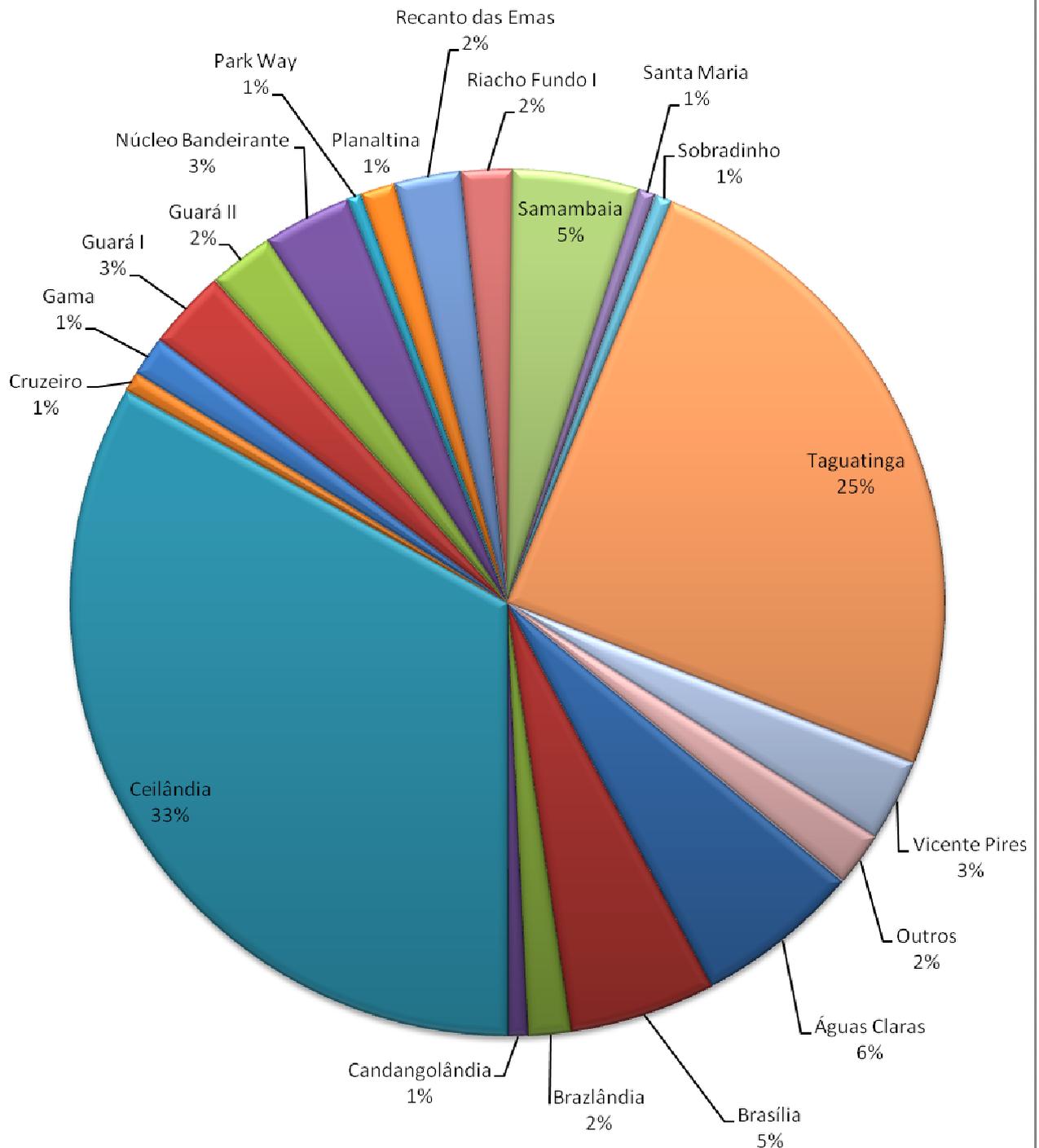
O questionário apresenta, em seu cabeçalho, questões vinculadas aos indicadores sociais dos entrevistados. Foram apresentadas cinco perguntas, em sequência, cujos resultados estão apresentados a seguir.

01 – Área em que mora³

Região Administrativa do Distrito Federal	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Águas Claras	58	6%
Brasília	51	5%
Brazlândia	15	2%
Candangolândia	7	1%
Ceilândia	313	33%
Cruzeiro	7	1%
Estrutural	3	0%
Gama	14	1%
Guará I	28	3%
Guará II	23	2%
Lago Norte	2	0%
Lago Sul	4	0%
Núcleo Bandeirante	31	3%
Paranoá	4	0%
Park Way	5	1%
Planaltina	12	1%
Recanto das Emas	23	2%
Riacho Fundo I	18	2%
Riacho Fundo II	2	0%
Samambaia	44	5%
Santa Maria	6	1%
Sobradinho	6	1%
Sobradinho II	2	0%
Sudoeste	2	0%
Taguatinga	235	25%
Vicente Pires	29	3%
TOTAL	944	100%

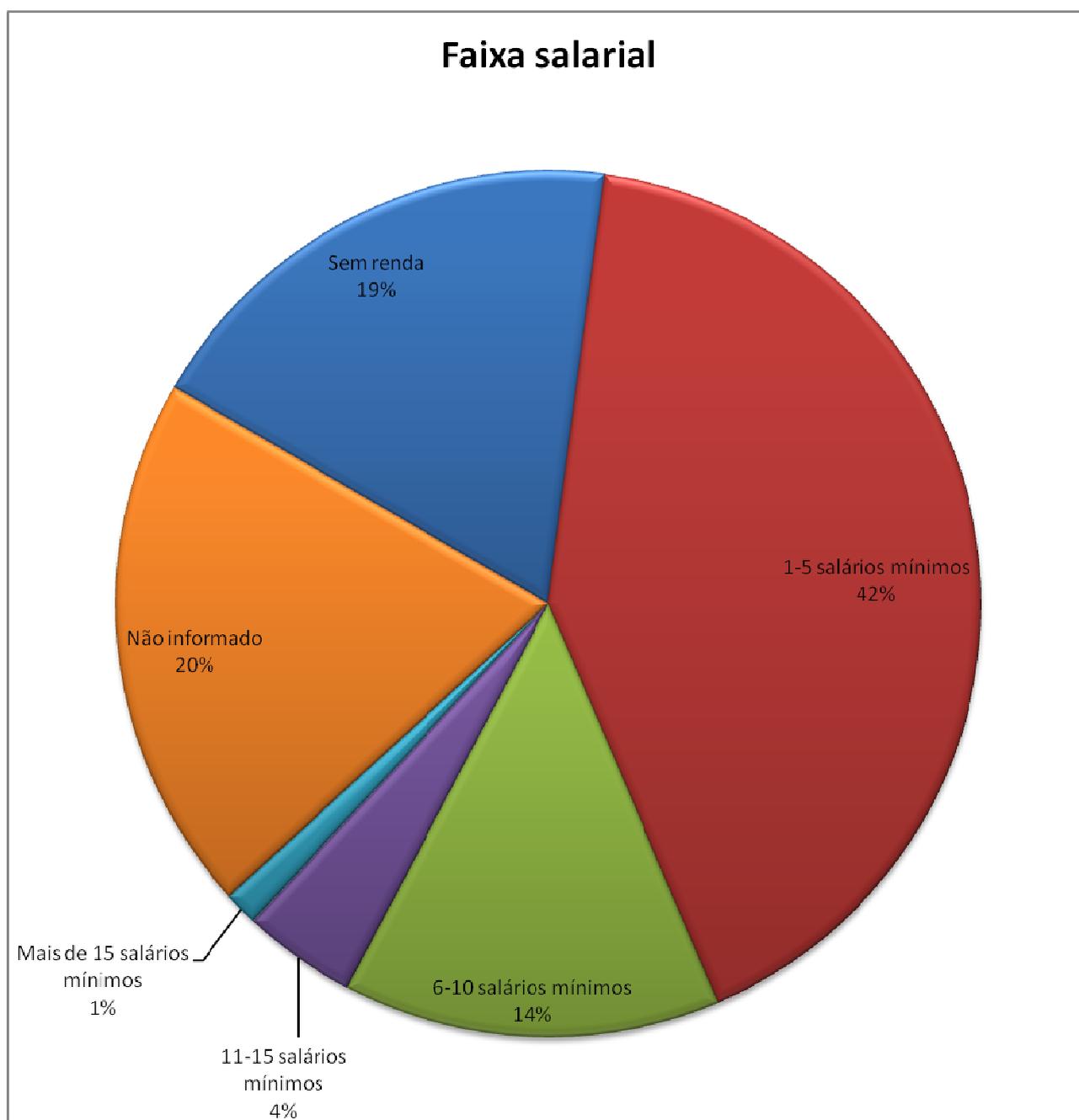
³ No gráfico os valores inferiores a 1% (um por cento) foram somados e indicados como "outros".

Área em que mora



02 – Faixa salarial

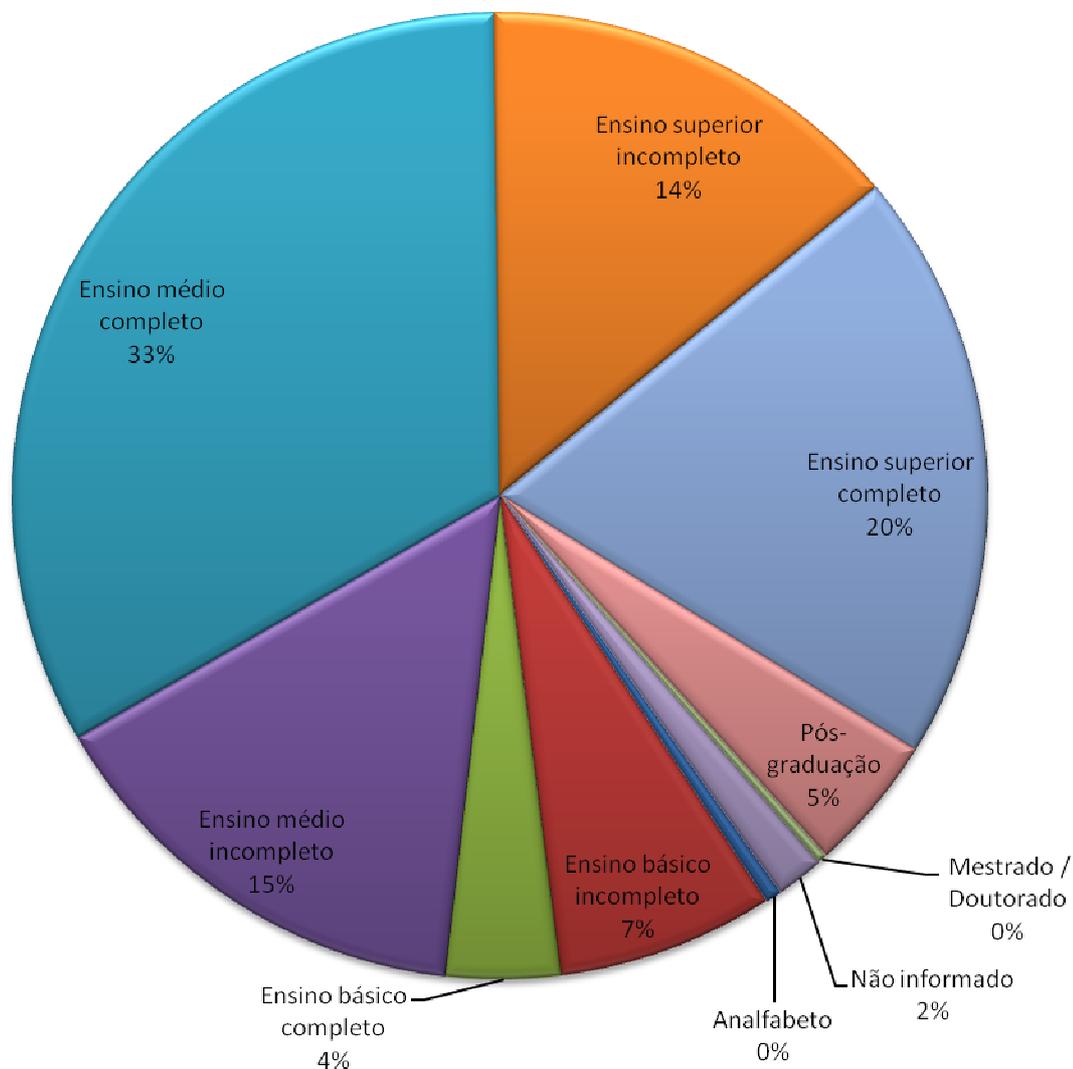
	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Sem renda	177	19%
1-5 salários mínimos	392	42%
6-10 salários mínimos	133	14%
11-15 salários mínimos	40	4%
Mais de 15 salários mínimos	12	1%
Não informado	190	20%
TOTAL	944	100%



RELATO DE PESQUISA**03 – Nível educacional**

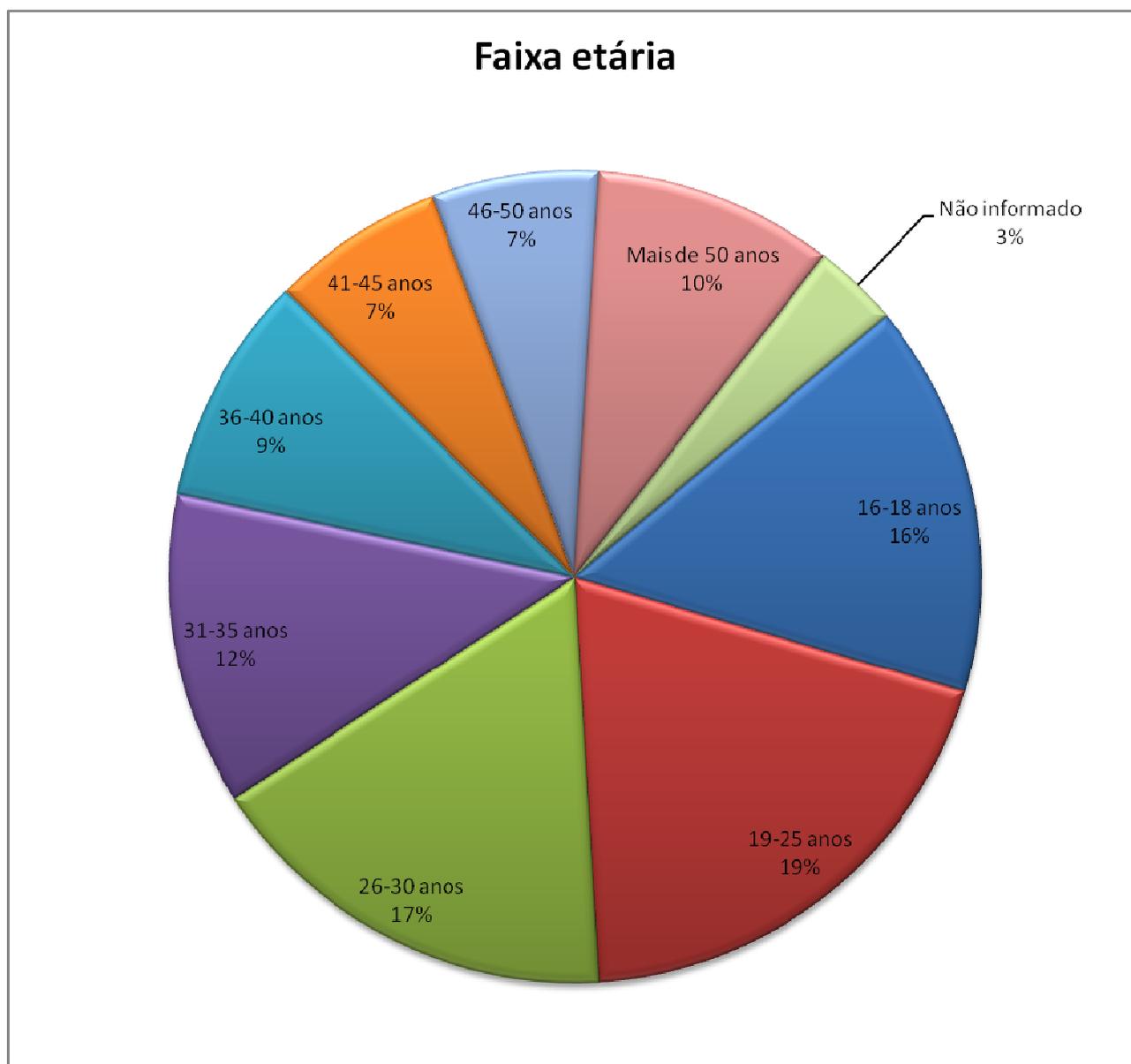
	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Analfabeto	5	1%
Ensino básico incompleto	68	7%
Ensino básico completo	36	4%
Ensino médio incompleto	140	15%
Ensino médio completo	313	33%
Ensino superior incompleto	134	14%
Ensino superior completo	187	20%
Pós-graduação	43	5%
Mestrado/Doutorado	3	0%
Não informado	15	2%
TOTAL	944	100%

Nível educacional



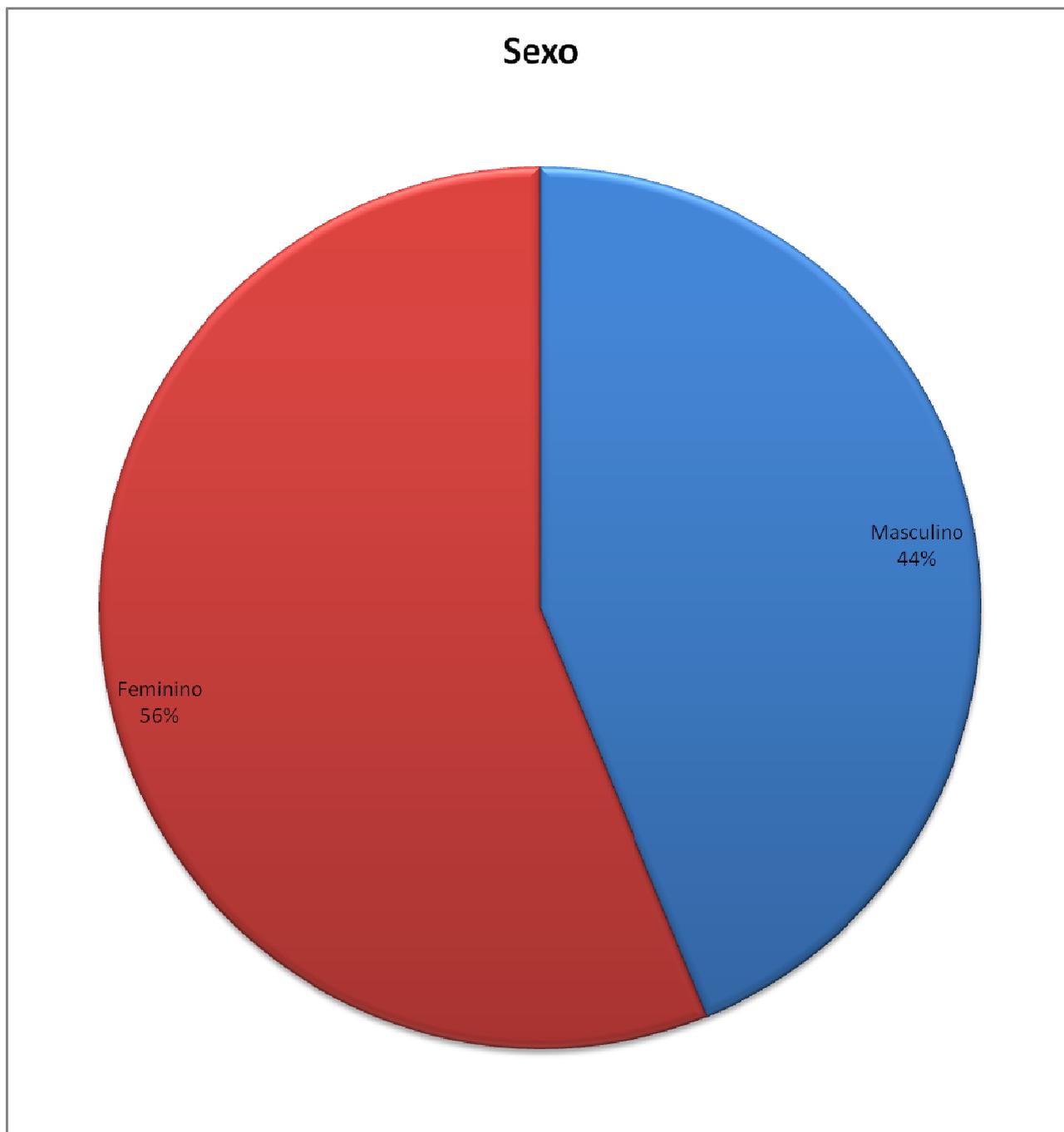
04 – Faixa etária

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
16-18 anos	148	16%
19-25 anos	184	19%
26-30 anos	158	17%
31-35 anos	118	12%
36-40 anos	86	9%
41-45 anos	65	7%
46-50 anos	63	7%
Mais de 50 anos	90	10%
Não informado	32	3%
TOTAL	944	100%



05 – Sexo

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Masculino	414	44%
Feminino	530	56%
TOTAL	944	100%



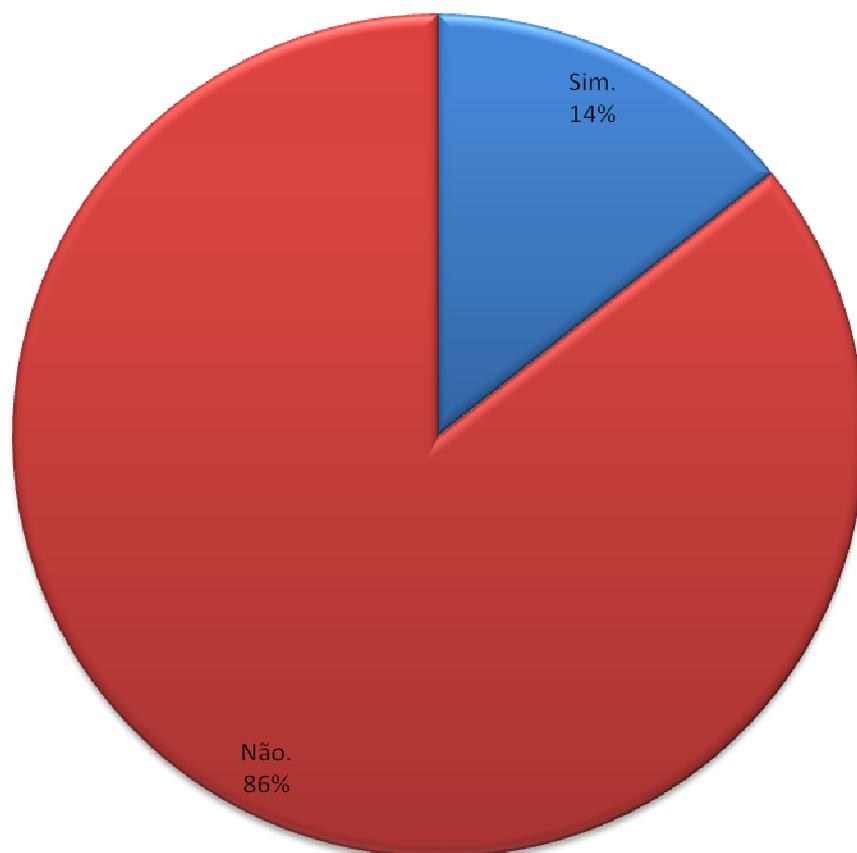
4.2) QUESTÕES ESPECÍFICAS SOBRE O TEMA

A segunda parte do questionário apresenta 15 (quinze) questões cujo conteúdo se remete ao tema “Acessibilidade”. Durante a confecção do questionário, foram criadas as mais diversas situações por meio das quais se pudesse avaliar o grau de conhecimento do cidadão a respeito do tema.

01 – Você possui alguma deficiência física (motora, visual ou auditiva)?

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Sim.	135	14%
Não.	809	86%
TOTAL:	944	100%

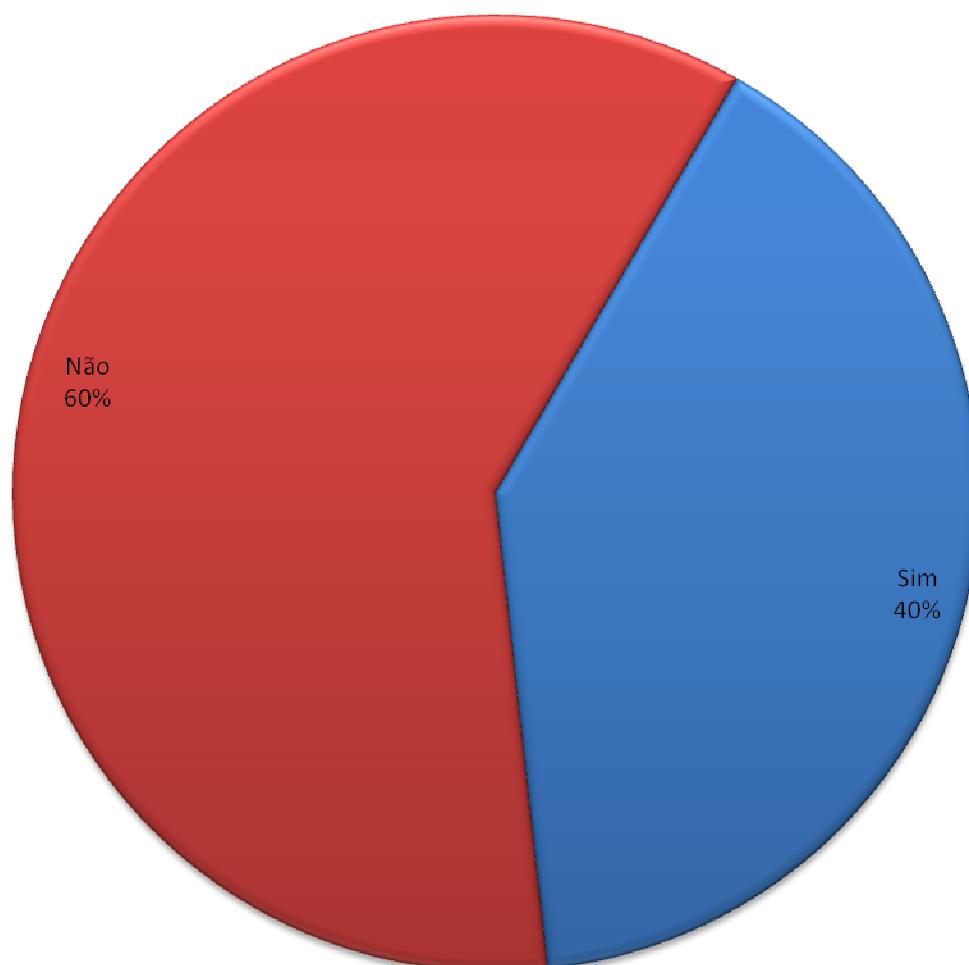
Você possui alguma deficiência física (motora, visual ou auditiva)?



02 – Alguém próximo a você (familiares/amigos/vizinhos) possui alguma deficiência física (motora, visual ou auditiva)?

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Sim	377	40%
Não	567	60%
TOTAL:	944	100%

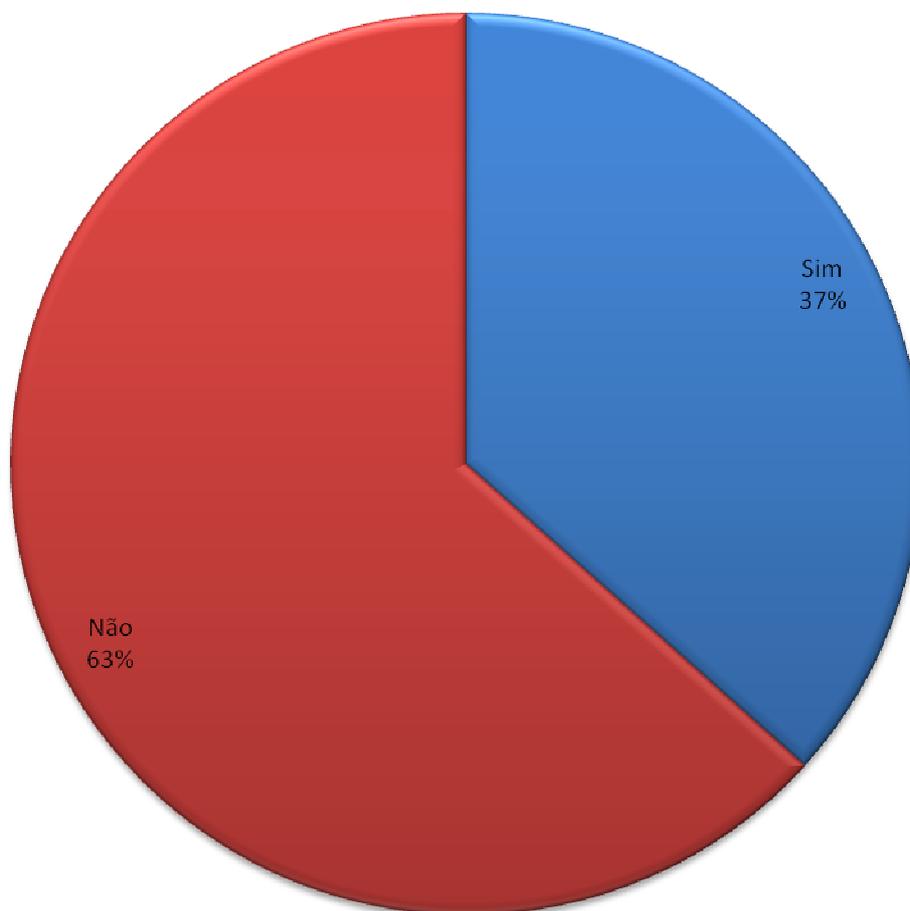
**Alguém próximo a você
(familiares/amigos/vizinhos) possui alguma
deficiência física (motora, visual ou auditiva)?**



03 – Alguém em seu local de trabalho e/ou de estudo possui alguma deficiência física (motora, visual ou auditiva)? (Se a resposta for “não”, pule para a questão 05.)

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Sim	346	37%
Não	598	63%
TOTAL:	944	100%

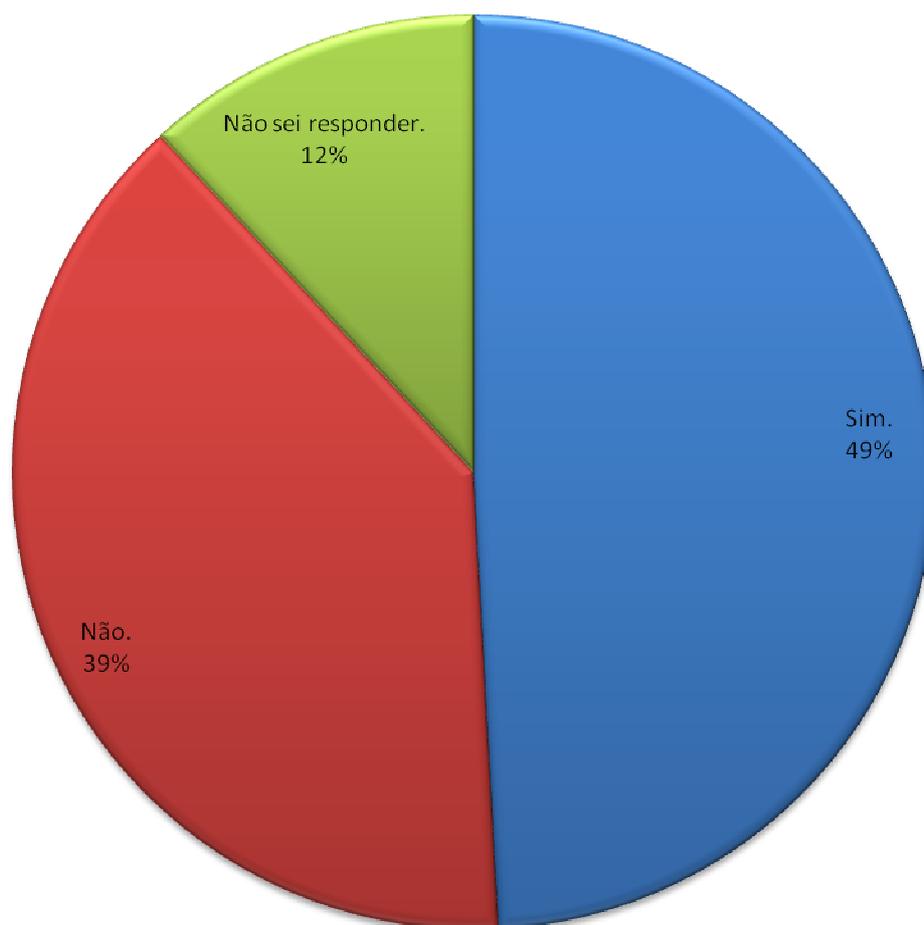
Alguém em seu local de trabalho e/ou de estudo possui alguma deficiência física (motora, visual ou auditiva)?



04 – A pessoa que você conhece e que possui deficiência física tem dificuldade para acessar o local em que você trabalha e/ou o local em que você estuda?

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Sim.	170	49%
Não.	135	39%
Não sei responder.	41	12%
TOTAL:	346	100%

A pessoa que você conhece e que possui deficiência física tem dificuldade para acessar o local em que você trabalha e/ou o local em que você estuda?

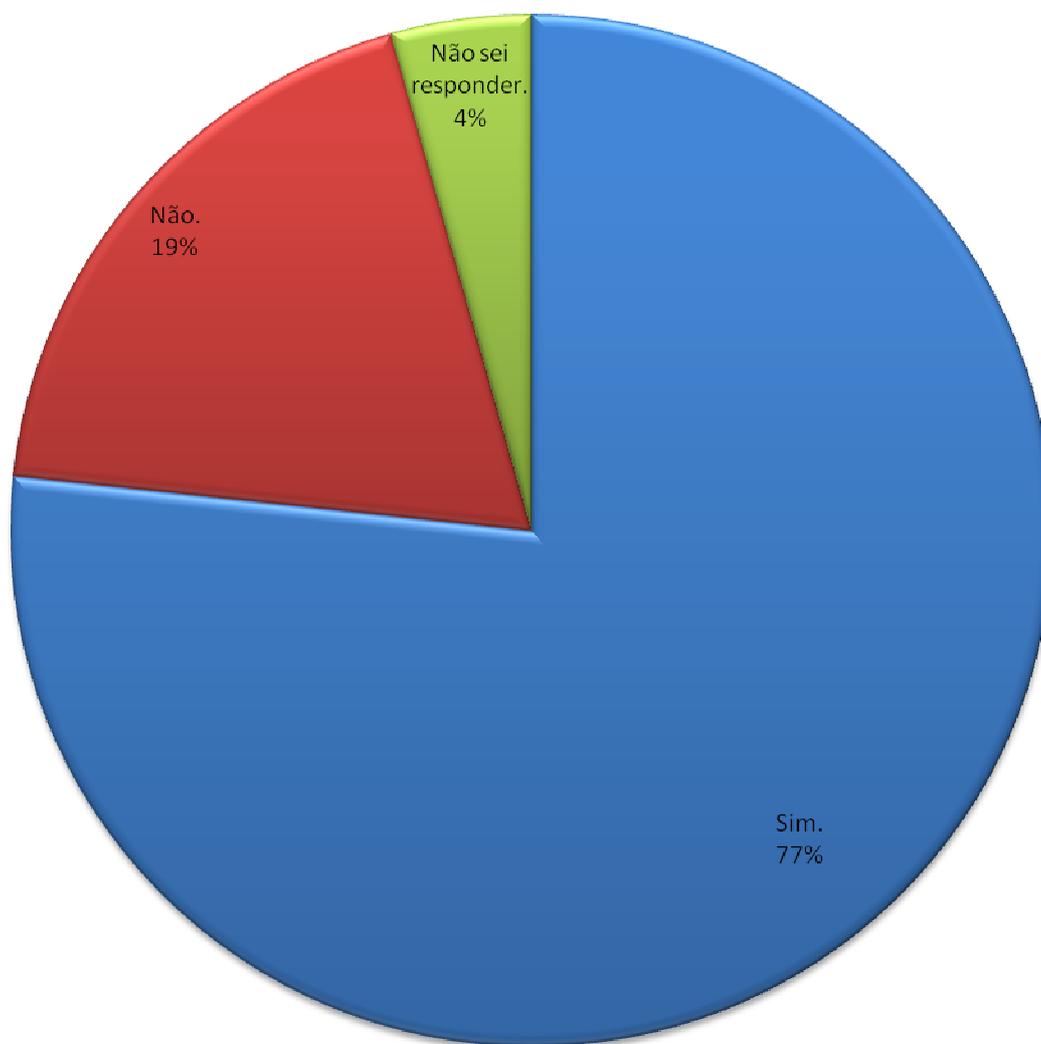


RELATO DE PESQUISA

05 – Você acredita que as pessoas com necessidades especiais devam ter tratamento diferenciado pela legislação brasileira?

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Sim.	724	77%
Não.	179	19%
Não sei responder.	41	4%
TOTAL:	944	100%

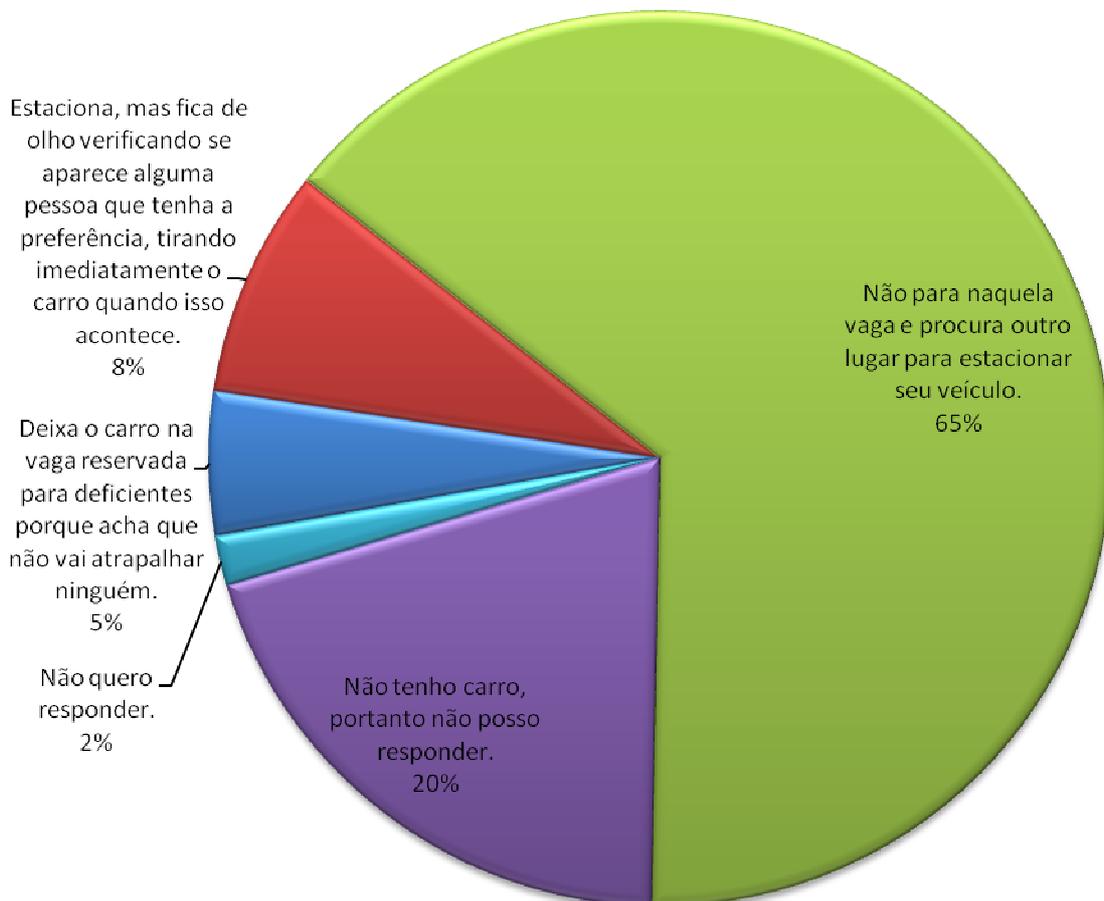
Você acredita que as pessoas com necessidades especiais devam ter tratamento diferenciado pela legislação brasileira?



06 – Suponha que você chegue de carro a um estacionamento e lá existam disponíveis apenas vagas exclusivas para deficientes. Neste caso você:

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Deixa o carro na vaga reservada para deficientes porque acha que não vai atrapalhar ninguém.	49	5%
Estaciona, mas fica de olho verificando se aparece alguma pessoa que tenha a preferência, tirando imediatamente o carro quando isso acontece.	78	8%
Não para naquela vaga e procura outro lugar para estacionar seu veículo.	610	65%
Não tenho carro, portanto não posso responder.	190	20%
Não quero responder.	17	2%
TOTAL:	944	100%

Suponha que você chegue de carro a um estacionamento e lá existam disponíveis apenas vagas exclusivas para deficientes. Neste caso você:

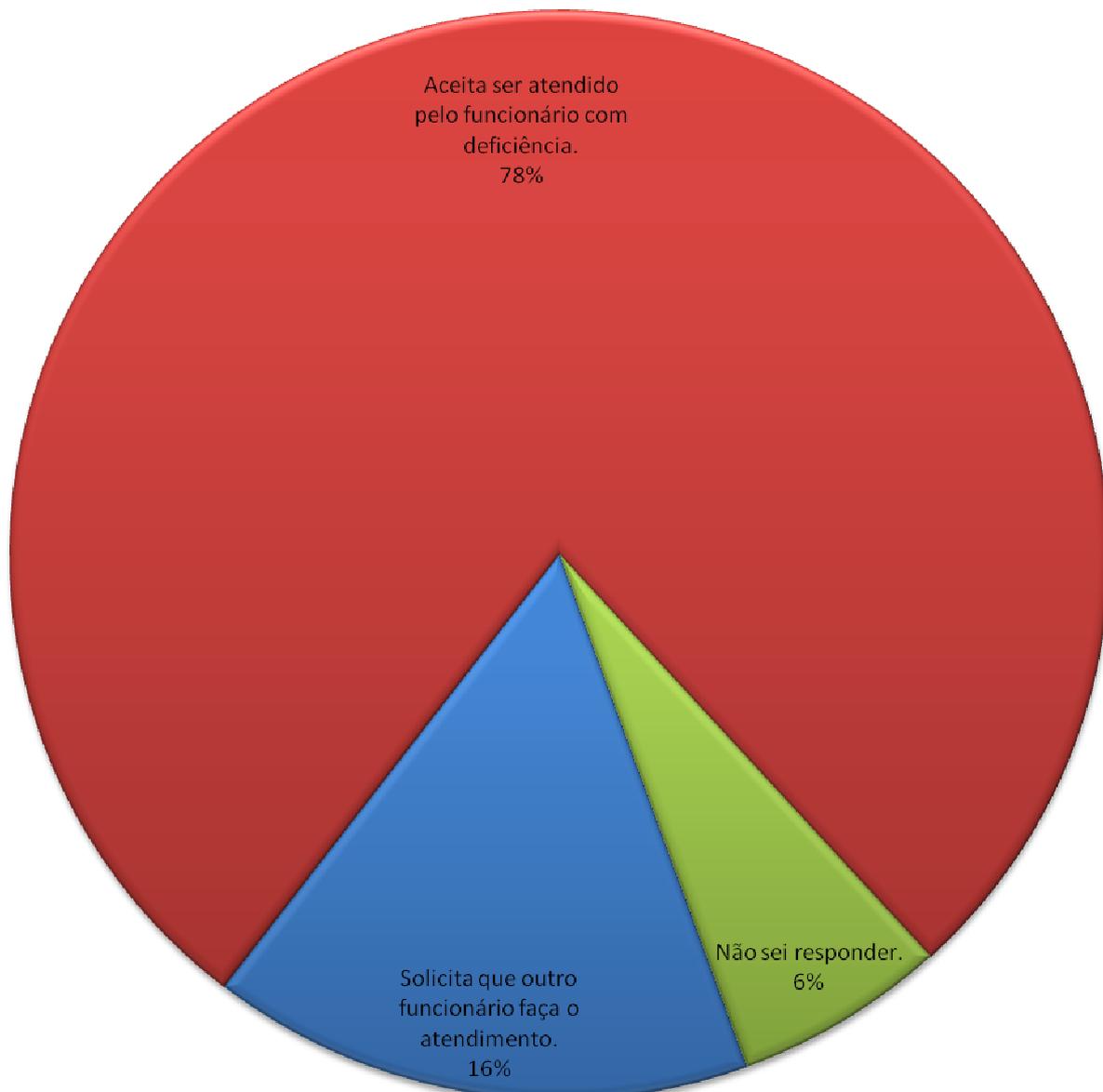


RELATO DE PESQUISA

07 – Ao procurar uma empresa você percebe que a única pessoa disponível para atendê-lo tem dificuldade auditiva. Neste caso você:

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Solicita que outro funcionário faça o atendimento.	151	16%
Aceita ser atendido pelo funcionário com deficiência.	734	78%
Não sei responder.	59	6%
TOTAL:	944	100%

Ao procurar uma empresa você percebe que a única pessoa disponível para atendê-lo tem dificuldade auditiva. Neste caso você:

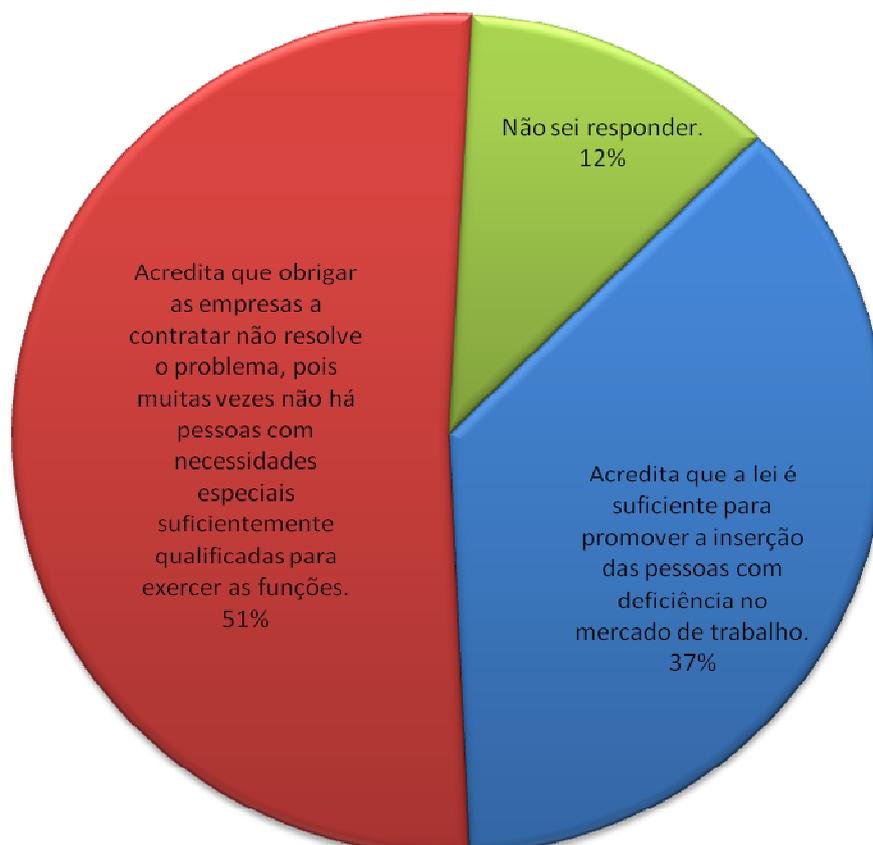


RELATO DE PESQUISA

08 – De acordo com o artigo 93 da Lei 8.213/91, as empresas com no mínimo 100 empregados são obrigadas a cumprir determinadas cotas a serem preenchidas por pessoas portadoras de deficiência habilitadas. Considerando-se esta legislação você:

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Acredita que a lei é suficiente para promover a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.	347	37%
Acredita que obrigar as empresas a contratar não resolve o problema, pois muitas vezes não há pessoas com necessidades especiais suficientemente qualificadas para exercer as funções.	487	51%
Não sei responder.	110	12%
TOTAL:	944	100%

De acordo com o artigo 93 da Lei 8.213/91, as empresas com no mínimo 100 empregados são obrigadas a cumprir determinadas cotas a serem preenchidas por pessoas portadoras de deficiência habilitadas. Considerando-se esta legislação você:

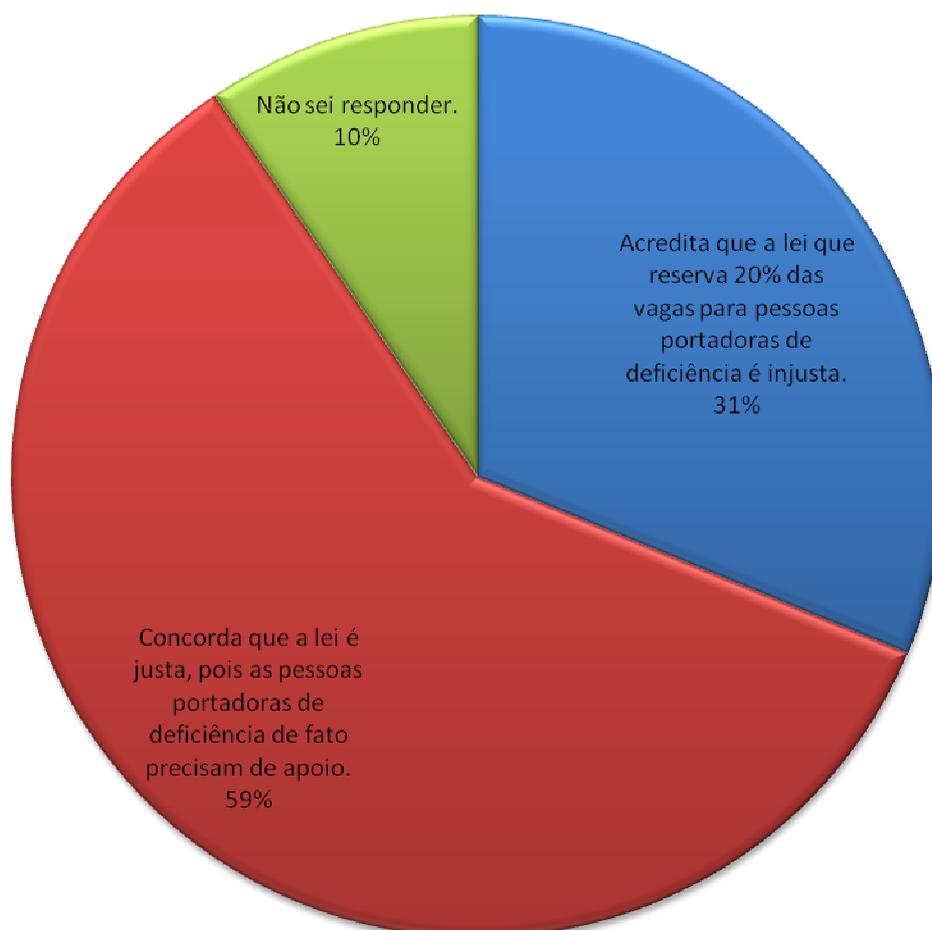


RELATO DE PESQUISA

09 – Você se preparou por mais de três anos para um concurso. Faz a prova e após a divulgação dos resultados descobre que uma pessoa com deficiência física fez menos pontos que você e conseguiu a vaga, e você não. Nesta situação você:

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Acredita que a lei que reserva 20% das vagas para pessoas portadoras de deficiência é injusta.	295	31%
Concorda que a lei é justa, pois as pessoas portadoras de deficiência de fato precisam de apoio.	559	59%
Não sei responder.	90	10%
TOTAL:	944	100%

Você se preparou por mais de três anos para um concurso. Faz a prova e após a divulgação dos resultados descobre que uma pessoa com deficiência física fez menos pontos que você e conseguiu a vaga, e você não. Nesta situação você:

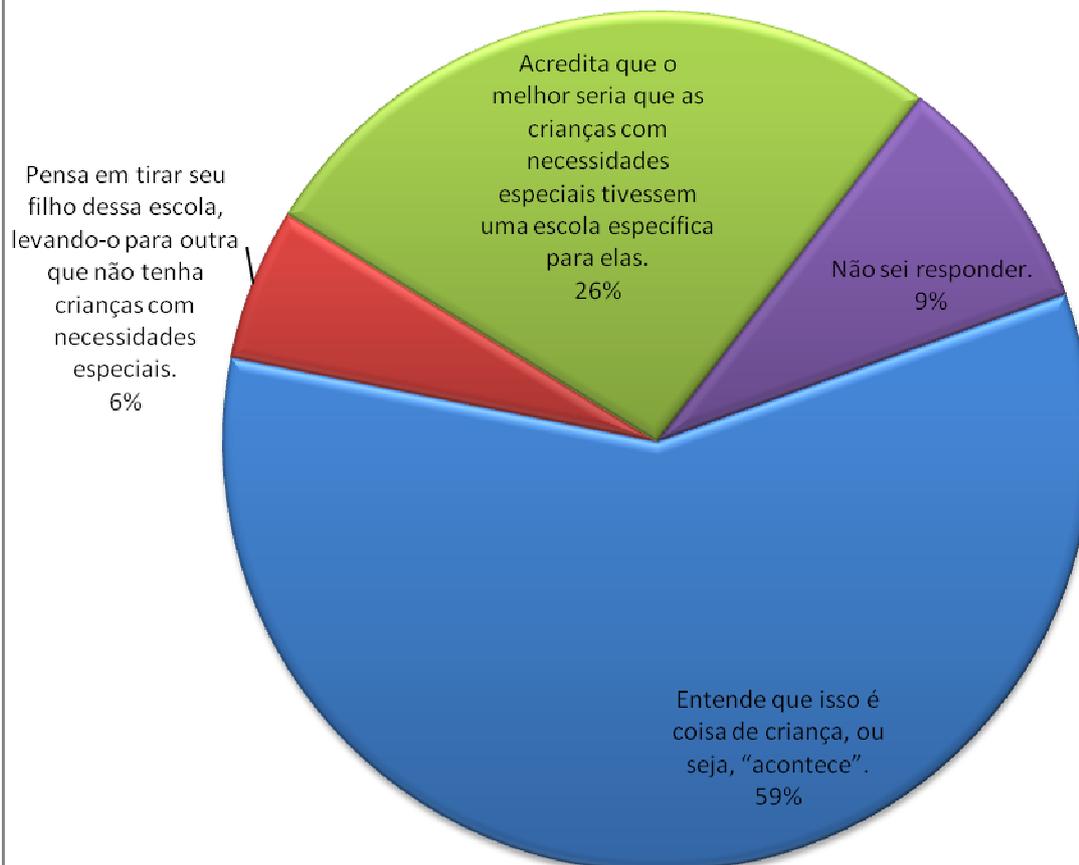


RELATO DE PESQUISA

10 – Ao buscar seu filho de seis anos na escola, você observa que ele foi mordido. Ao questionar a professora a respeito do que aconteceu, a mesma informa que foi uma criança com síndrome de Down que mordeu seu filho. Neste caso você:

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Entende que isso é coisa de criança, ou seja, "acontece".	554	59%
Pensa em tirar seu filho dessa escola, levando-o para outra que não tenha crianças com necessidades especiais.	54	6%
Acredita que o melhor seria que as crianças com necessidades especiais tivessem uma escola específica para elas.	250	26%
Não sei responder.	86	9%
TOTAL:	944	100%

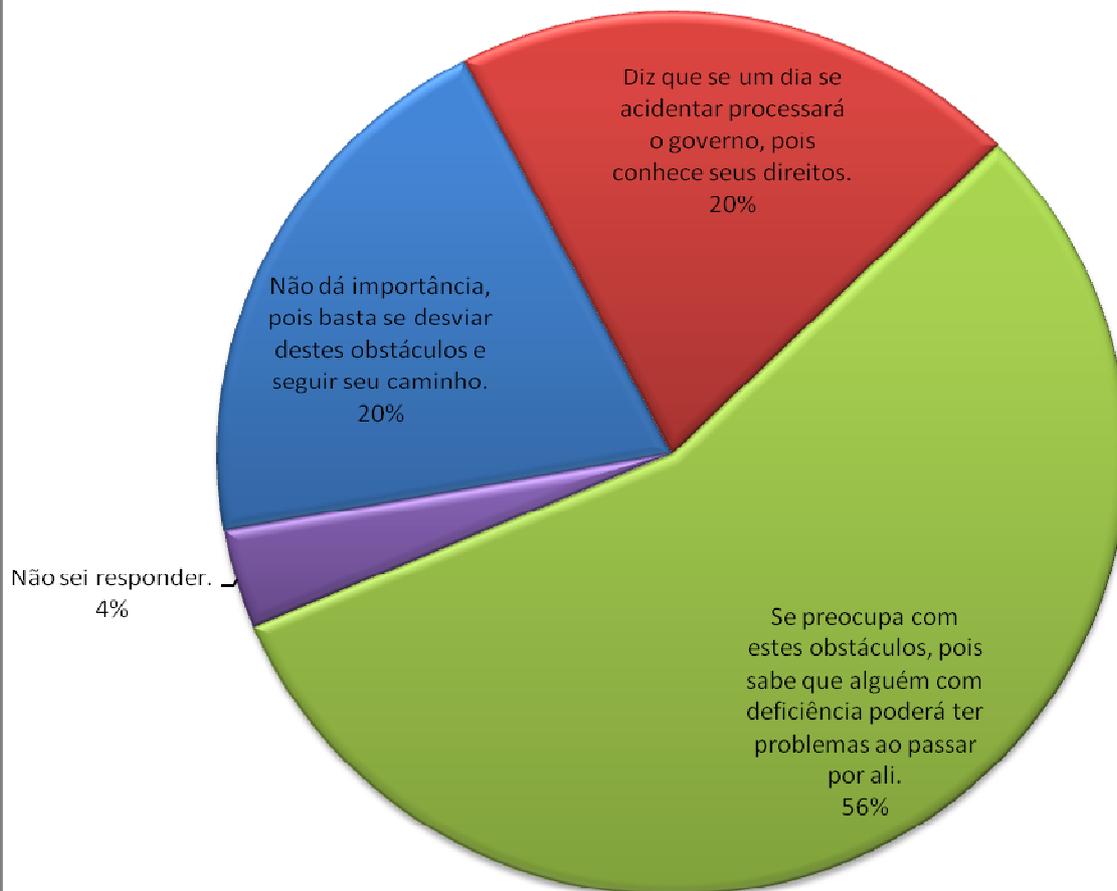
Ao buscar seu filho de seis anos na escola, você observa que ele foi mordido. Ao questionar a professora a respeito do que aconteceu, a mesma informa que foi uma criança com síndrome de Down que mordeu seu filho. Neste caso você:



11 – Suponha que na calçada na qual você transita diariamente seja comum você se deparar com obstáculos, tais como buracos, desníveis, entulhos etc., obrigando-o(a) a utilizar a pista de rolamento de veículos. Nesse caso você:

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Não dá importância, pois basta se desviar destes obstáculos e seguir seu caminho.	191	20%
Diz que se um dia se acidentar processará o governo, pois conhece seus direitos.	191	20%
Se preocupa com estes obstáculos, pois sabe que alguém com deficiência poderá ter problemas ao passar por ali.	528	56%
Não sei responder.	34	4%
TOTAL:	944	100%

Suponha que na calçada na qual você transita diariamente seja comum você se deparar com obstáculos, tais como buracos, desníveis, entulhos etc., obrigando-o(a) a utilizar a pista de rolamento de veículos. Nesse caso você:

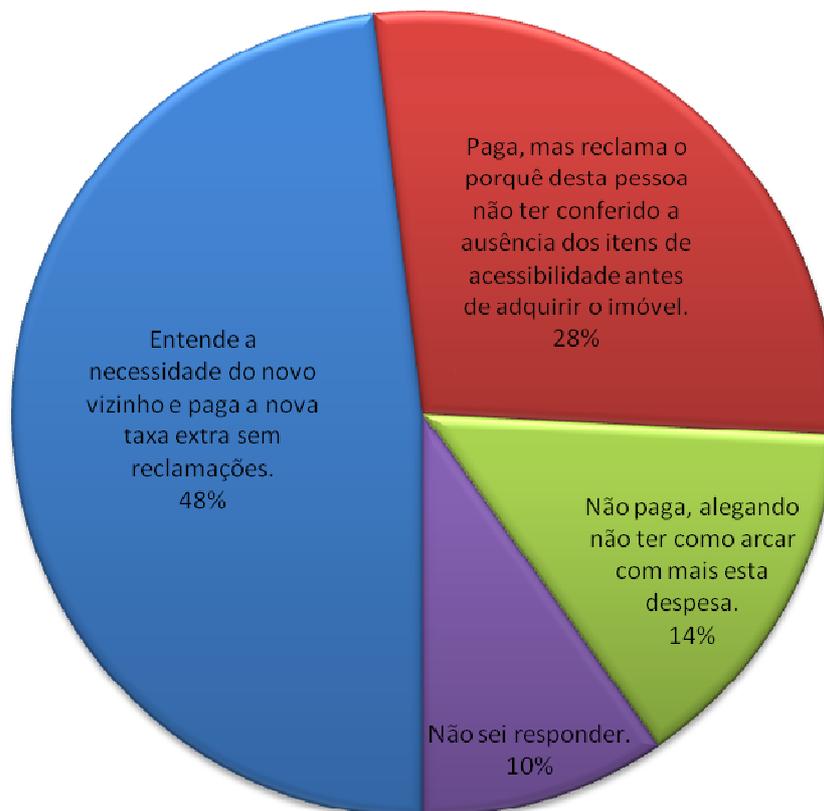


RELATO DE PESQUISA

12 – Você mora a mais de cinco anos em um edifício que acabou de ser reformado, sendo que tal reforma gerou despesa extra bem elevada. Porém, acaba de se mudar para seu prédio uma pessoa que usa cadeira de rodas e na referida reforma não foram contempladas rampas e vagas mais largas na garagem, sendo que sem estas adaptações o novo vizinho não poderá entrar ou sair de casa. Por isso, será preciso adaptações ocasionando nova taxa extra. Nesta situação você:

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Entende a necessidade do novo vizinho e paga a nova taxa extra sem reclamações.	454	48%
Paga, mas reclama o porquê desta pessoa não ter conferido a ausência dos itens de acessibilidade antes de adquirir o imóvel.	262	28%
Não paga, alegando não ter como arcar com mais esta despesa.	137	14%
Não sei responder.	91	10%
TOTAL:	944	100%

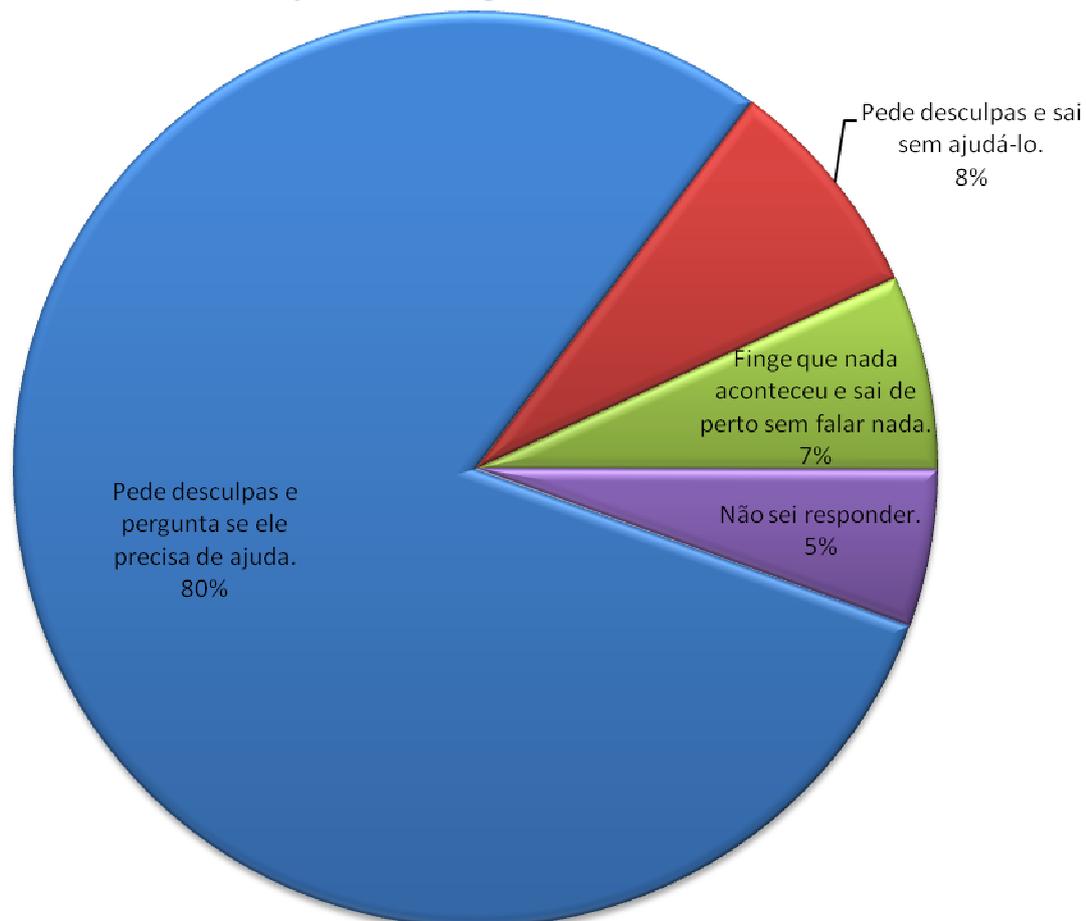
Você mora a mais de cinco anos em um edifício que acabou de ser reformado, sendo que tal reforma gerou despesa extra bem elevada. Porém, será preciso adaptações ocasionando nova taxa extra. Nesta situação você:



13 – No seu trajeto habitual por uma rua muito movimentada você é atingido por um objeto em sua canela. Sem se dar conta do que lhe atingiu, reclama: "Você não está me vendo aqui?". Quando percebe que é uma pessoa com deficiência visual que o atingiu, você:

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Pede desculpas e pergunta se ele precisa de ajuda.	752	80%
Pede desculpas e sai sem ajudá-lo.	75	8%
Finge que nada aconteceu e sai de perto sem falar nada.	65	7%
Não sei responder.	52	5%
TOTAL:	944	100%

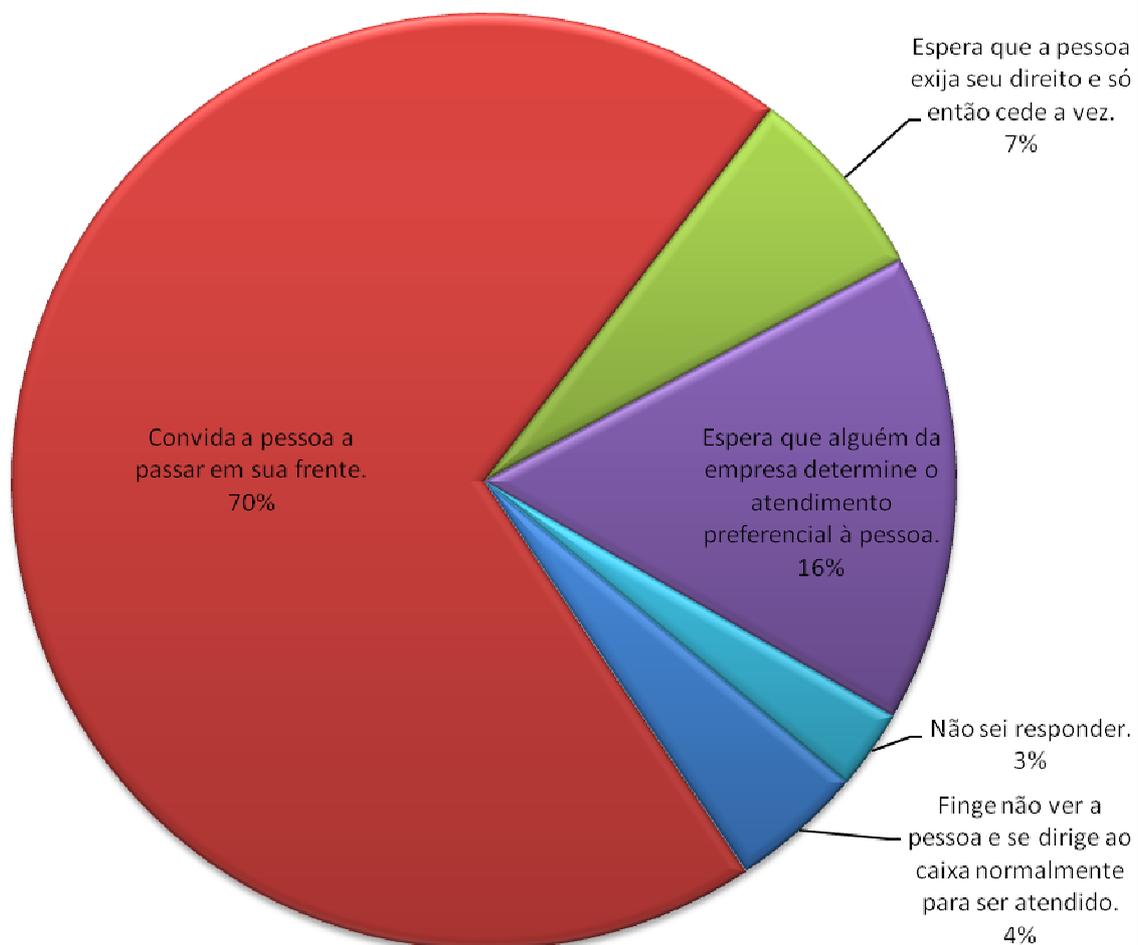
No seu trajeto habitual por uma rua muito movimentada você é atingido por um objeto em sua canela. Sem se dar conta do que lhe atingiu, reclama: "Você não está me vendo aqui?". Quando percebe que é uma pessoa com deficiência visual que o atingiu, você:



14 – Você está na fila no banco que não tem caixa exclusivo para pessoas com necessidades especiais. Na sua vez de ser atendido aparece alguém com deficiência física. Nesta situação você:

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Finge não ver a pessoa e se dirige ao caixa normalmente para ser atendido.	43	4%
Convida a pessoa a passar em sua frente.	658	70%
Espera que a pessoa exija seu direito e só então cede a vez.	64	7%
Espera que alguém da empresa determine o atendimento preferencial à pessoa.	153	16%
Não sei responder.	26	3%
TOTAL:	944	100%

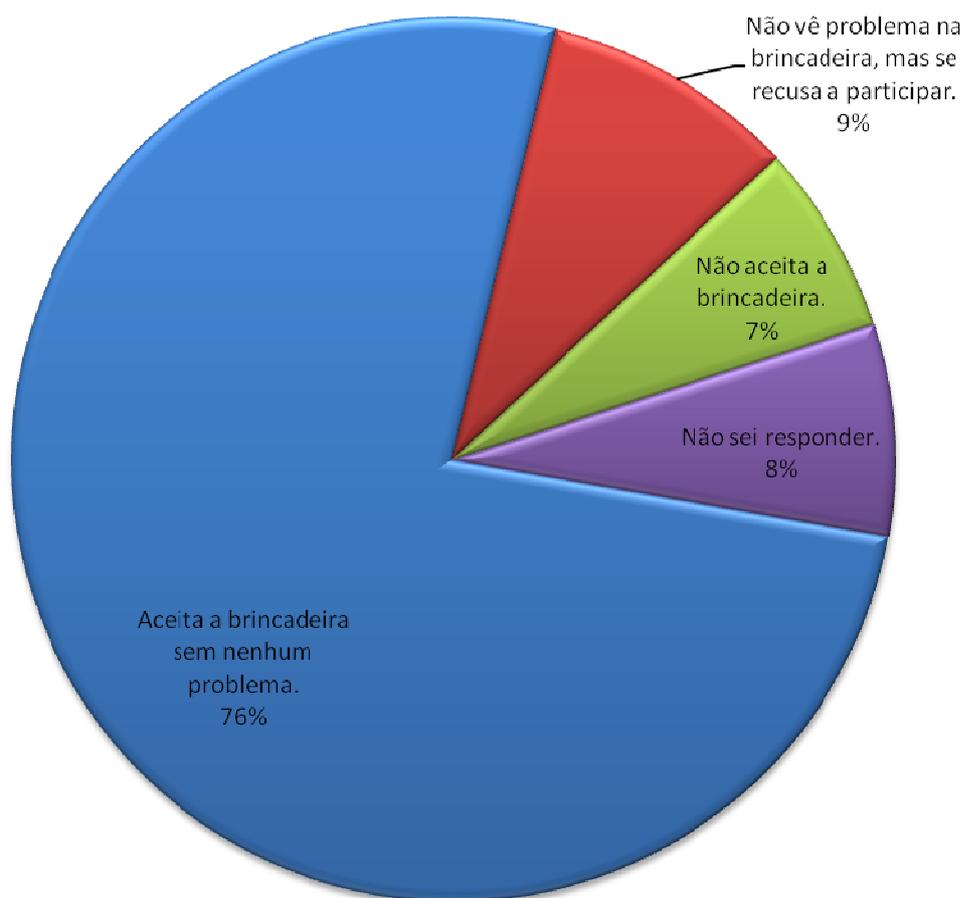
Você está na fila no banco que não tem caixa exclusivo para pessoas com necessidades especiais. Na sua vez de ser atendido aparece alguém com deficiência física. Nesta situação você:



15 – Você está participando de algumas dinâmicas promovidas por seu chefe. Entre as brincadeiras, você tem de fazer um percurso sentado em uma cadeira de rodas. Nesta situação você:

	Número de respondentes	Porcentagem de respondentes
Aceita a brincadeira sem nenhum problema.	717	76%
Não vê problema na brincadeira, mas se recusa a participar.	88	9%
Não aceita a brincadeira.	66	7%
Não sei responder.	73	8%
TOTAL:	944	100%

Você está participando de algumas dinâmicas promovidas por seu chefe. Entre as brincadeiras, você tem de fazer um percurso sentado em uma cadeira de rodas. Nesta situação você:



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GÜNTHER, H. *Como elaborar um questionário*. Série “Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais”, nº 1. Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental, 2003.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. Coleção “Temas básicos de educação e ensino”. São Paulo: EPU, 1986.

RODRIGUES, William. *Metodologia científica*. Paracambi, RJ: FAETEC/IST, 2007.